

Decreto N.º 36.727, de 7 de maio de 1993

[Veja a ementa](#)

Publicação: Diário Oficial v.103, n.85, 08/05/93
Gestão: Luiz Antônio Fleury Filho
Revogações:
Alterações:
Órgão:
Categoria: Administração de Pessoal
Termos Descritores: SISTEMA RETRIBUTÓRIO;

Estabelece forma de cálculo para pagamento de substituição em cargos abrangidos pela [Lei Complementar nº 712](#), de 12 de abril de 1993, exercida por integrantes de classes pertencentes a outros sistemas retributórios

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no §2º do artigo 44 da [Lei Complementar nº 712](#), de 12 de abril de 1993,

Decreta:

Artigo 1º – Durante o tempo em que exerce a substituição de que tratam os artigos 80 e 83 da [Lei Complementar nº 180](#), de 12 de maio de 1978, em cargo abrangido pelo Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários, instituído pela [Lei Complementar nº 712](#), de 12 de abril de 1993, o servidor integrante de classe pertencente a outro sistema retributório fará jus:

I – se for ocupante de cargo efetivo ou função-atividade das classes pertencentes ao sistema retributório instituído pela [Lei Complementar nº 674](#), de 8 de abril de 1992:

à diferença entre o valor do padrão de seu cargo ou função-atividade, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço, da sexta-parte, das vantagens pessoais de qualquer natureza e das gratificações instituídas pelo artigo 19 da [Lei Complementar nº 674](#), de 8 de abril de 1992, e o valor da referência do cargo vago ou do cargo substituído, mantido o respectivo grau em que se encontre enquadrado o cargo ou função-atividade de que ocupante, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço, da sexta-parte e das gratificações instituídas pelo artigo 19 da [Lei Complementar nº 674](#), de 8 de abril de 1992;

à diferença entre o valor do padrão de seu cargo ou função-atividade, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço, da sexta-parte, das vantagens pessoais de qualquer natureza e das gratificações instituídas pelo artigo 19 da [Lei Complementar nº 674](#), de 8 de abril de 1992, e o valor da referência do cargo em comissão, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço, da sexta-parte e das gratificações instituídas pelo artigo 19 da [Lei Complementar nº 674](#), de 8 de abril de 1992;

II – se for ocupante de cargo em comissão das classes pertencentes ao sistema retributório instituído pela [Lei Complementar nº 674](#), de 8 de abril de 1992:

à diferença entre o valor da referência de seu cargo, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço, da sexta-parte e das gratificações instituídas pelo artigo 19 da [Lei Complementar nº 674](#), de 8 de abril de 1992, e o valor da referência do cargo vago ou do cargo substituído, no grau “A”, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço, da sexta-parte e das gratificações instituídas pelo artigo 19 da [Lei Complementar nº 674](#), de 8 de abril de 1992;

à diferença entre o valor da referência de seu cargo, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço, da sexta-parte e das gratificações instituídas pelo artigo 19 da [Lei Complementar nº 674](#), de 8 de abril de 1992, e o valor da referência do cargo em comissão, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço, da sexta-parte e das gratificações instituídas pelo artigo 19 da [Lei Complementar nº 674](#), de 8 de abril de 1992;

III – se for ocupante de cargo efetivo ou função-atividade das classes pertencentes ao sistema retributivo instituído pela [Lei Complementar nº 700](#), de 15 de dezembro de 1992:

à diferença entre o valor do padrão de seu cargo ou função-atividade, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, do adicional por tempo de serviço, da sexta-parte, das vantagens pessoais de qualquer natureza e da gratificação a que se refere o artigo 22, observado o disposto no artigo 9º das Disposições Transitórias, ambos da [Lei Complementar nº 700](#), de 15 de dezembro de 1992, e o valor da referência do cargo vago ou do cargo do substituído, mantido o respectivo grau em que se encontra enquadrado o cargo ou a função-atividade, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço e da sexta-parte;

à diferença entre o valor do padrão de seu cargo ou função-atividade, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço, da sexta-parte, das vantagens pessoais de qualquer natureza e da gratificação a que se refere o artigo 22, observado o disposto no artigo 9º das Disposições Transitórias, ambos da [Lei Complementar nº 700](#), de 15 de dezembro de 1992, e o valor da referência do cargo em comissão, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço e da sexta-parte;

IV – se for ocupante de cargo em comissão das classes pertencentes ao sistema retributivo instituído pela [Lei Complementar nº 700](#), de 15 de dezembro de 1992:

à diferença entre o valor da referência de seu cargo, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço, da sexta-parte e da gratificação a que se refere o artigo 22, observado o disposto no artigo 9º das Disposições Transitórias, ambos da [Lei Complementar nº 700](#), de 15 de dezembro de 1992, e o valor da referência do cargo vago ou do cargo do substituído, no grau “A”, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço e da sexta-parte;

à diferença entre o valor da referência de seu cargo, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço, da sexta-parte e da gratificação a que se refere o artigo 22, observado o disposto no artigo 9º das Disposições Transitórias, ambos da [Lei Complementar nº 700](#), de 15 de dezembro de 1992, e o valor da referência do cargo em comissão, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço e da sexta-parte;

V – se for ocupante de cargo efetivo das classes instituídas pelas Leis Complementares nº 661 e 662, de 11 de julho de 1991, e pela [Lei nº 7.951](#), de 16 de julho de 1992:

à diferença entre o valor do vencimento, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço e da sexta-parte, e o valor da referência do cargo vago ou do cargo do substituído, no grau “A”, acrescido das mencionadas gratificações e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço e da sexta-parte;

à diferença entre o valor do vencimento, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço e da sexta-parte, e o valor da referência do cargo em comissão, acrescido das mencionadas gratificações e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço e da sexta-parte;

VI – se for integrante do Quadro do Magistério, de que trata a [Lei Complementar nº 444](#), de 27 de dezembro de 1983:

à diferença entre o valor do padrão de seu cargo ou função-atividade, acrescido da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço e da sexta-parte, e o valor da referência do cargo vago ou do cargo do substituído, mantido o respectivo grau em que se encontra enquadrado o cargo ou função-atividade de que seja ocupante, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de

1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço e da sexta-parte;
à diferença entre o valor do padrão de seu cargo ou função-atividade, acrescido da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço e da sexta-parte, e o valor da referência do cargo em comissão, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço e da sexta-parte;

VII – se for integrante das carreiras policiais civis, de que trata a [Lei Complementar nº 675](#), de 5 de junho de 1992:

à diferença entre o valor do vencimento, acrescido do Regime Especial de Trabalho Policial – RETP e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço, da sexta-parte e das vantagens pessoais de qualquer natureza, e o valor da referência do cargo vago ou do cargo do substituído, no grau “A”, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço e da sexta-parte;

à diferença entre o valor do vencimento, acrescido do Regime Especial de Trabalho Policial – RETP e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço, da sexta-parte e das vantagens pessoais de qualquer natureza, e o valor da referência do cargo em comissão, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço e da sexta-parte;

VIII – se for integrante da carreira de Agente de Segurança Penitenciária, de que trata a [Lei Complementar nº 681](#), de 22 de julho de 1992:

à diferença entre o valor do vencimento, acrescido do Regime Especial de Trabalho Policial – RETP e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço, da sexta-parte, das vantagens pessoais de qualquer natureza e das gratificações instituídas pelo artigo 19 da [Lei Complementar nº 674](#), de 8 de abril de 1992, e o valor da referência do cargo vago ou do cargo do substituído, no grau “A”, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço, da sexta-parte e das gratificações instituídas pelo artigo 19 da [Lei Complementar nº 674](#), de 8 de abril de 1992;

à diferença entre o valor do vencimento, acrescido do Regime Especial de Trabalho Policial – RETP e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço, da sexta-parte, das vantagens pessoais de qualquer natureza e das gratificações instituídas pelo artigo 19 da [Lei Complementar nº 674](#), de 8 de abril de 1992, e o valor da referência do cargo em comissão, acrescido da Gratificação Especial, da Gratificação concedida em 1º de janeiro de 1993 e, quando for o caso, dos adicionais por tempo de serviço, da sexta-parte e das gratificações instituídas pelo artigo 19 da [Lei Complementar nº 674](#), de 8 de abril de 1992.

§1º – O disposto neste artigo aplica-se, também, às hipóteses de designação para funções de serviço público retribuídas mediante “pro labore” de que trata o artigo 28 da [Lei nº 10.168](#), de 10 de julho de 1968.

§ 2º – Na hipótese de substituição de funções-atividades de confiança, no âmbito das Autarquias, aplica-se, no que couber, o disposto neste artigo.

Artigo 2º – Para o exercício da substituição, bem como de função de serviço público retribuída mediante “pro labore”, que trata o artigo 28 da [Lei nº 10.168](#), de 10 de julho de 1968, nos termos do artigo anterior observar-se-á o disposto no artigo 47 da [Lei Complementar nº 712](#), de 12 de abril de 1993.

Artigo 3º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 1º de fevereiro de 1993.

Palácio dos Bandeirantes, 7 de maio de 1993.

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO

Miguel Tebar Barrionuevo, Secretário da Administração e Modernização do Serviço Público

Cláudio Ferraz de Alvarenga, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 7 de maio de 1993